

ANEXO

ESTUDO DO COMPONENTE SOCIOECONÔMICO
NO PROJETO FOSFATO TRÊS ESTRADAS DA EMPRESA ÁGUIA NO RS,
COM REQUERIMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
VIOLAÇÕES DE DIREITOS ENTRE
2011 A 2019

**Denúncia ao Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH),
em consulta pública sobre violações de direitos humanos
em áreas afetadas por mineração para fins de levantamento de denúncias pelo
GT Mineração, Meio Ambiente e Direitos Humanos**

Nome de Identificação - Mina ou Barragem ou Empreendimento
Minerário (com referência de localidade: Rio, Bacia, Município)

Projeto Fosfato Três Estradas – Empresa Água Fertilizantes – Nascentes do arroio Taquarembó. Bacia Hidrográfica do rio Santa Maria. Faixa de Fronteira. Bioma Pampa. Municípios de Lavras do Sul e Dom Pedrito, RS.

2.Documentos de referência (indicação de número e em que instituição se encontra)

EIA-RIMA disponível na página do projeto de mineração:

<http://projetofosfato.com.br/>

Manifesto sobre violações de direitos provocadas pela mineração no Brasil e como se reproduz no Projeto `Fosfato Três Estradas` (RS), elaborado pela Fundação Luterana de Diaconia (FLD) e Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa, e apensado ao Inquérito 1.29.001.000136/2017-92 do MPF Bagé, RS, em dezembro de 2018 e ao processo administrativo no 007404-0567/18-8 da FEPAM, órgão licenciador do estado do RS, em março de 2019. O Manifesto solicita ao MPF ajuizamento de Ação Civil Pública em desfavor da empresa Água. Manifesto disponível em:

<https://comitepampa.com.br/documentos-elaborados-pelo-comite/>

3.Ementa (breve resumo do caso)

O projeto Fosfato Três Estradas, da Água Fertilizantes, pretende extrair fosfato e calcário. A empresa está na região desde 2011, participando de reuniões do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica (BH) do rio Santa Maria, porém a sociedade de Lavras tomou conhecimento da intenção de mineração apenas em 2017. A Água participou da elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do rio Santa Maria entre 2013 e 2016, influenciando na mudança no enquadramento das águas (de especial para Classe I) nas cabeceiras onde o projeto pretende se instalar. Recentemente este Comitê BH aumentou o número de vagas da categoria “mineração” em detrimento das categorias “associações comunitárias” e

“organizações ambientalistas”. O teor de Fósforo Total é um dos principais parâmetros de baixa qualidade das águas do rio Santa Maria, fato não considerado pelo Comitê BH, que defende o projeto. As instalações pretendidas ficam a 10 km das cabeceiras de outra BH, a do rio Camaquã, o qual não tem sido envolvido nos debates sobre o projeto. Só em dezembro de 2018 (no costumeiro recesso) que a Águia divulgou EIA-RIMA, frente a obrigatoriedade que antecede a audiência no processo de licenciamento. Até então a empresa vinha divulgando os “benefícios” do projeto e a marca da empresa. Foram inúmeras atividades com distribuição de brindes, lanches, doação de materiais escolares, tintas para pintar escolas, patrocínio de shows, eventos, brincadeiras e criação de um joguinho sobre mineração para crianças. A Águia contratou a *start up* de inovação Nano BizTools para “enfrentar a desconfiança da população e desenvolver uma comunicação empática”, nas palavras destas próprias empresas. Por outro lado, a Águia vem divulgando informações em inglês aos seus acionistas, por meio do site da Águia Resources, inclusive sobre intenções de expansão na região, incluindo a “descoberta” de ouro no subsolo de onde se encontra um Quilombo reconhecido pelo INCRA. A audiência pública em Lavras, em 20/03/2019, foi marcada por “erros” desde a publicação do Edital, o que levou a um peticionamento junto a FEPAM e posteriormente ao MPF, para fins de anulação do mesmo, embora não atendido. Há indícios de assédio da população local que chegou ao local da audiência transportada pela empresa, com camisetas de divulgação do projeto e disposição para aplaudir falas favoráveis, ou vaiar questionamentos ou posicionamentos contrários. Denúncias foram feitas ao MPF, pela inapropriada condução da FEPAM, pelo impedimento do exercício do contraditório, com vaias, intimidação e cartazes com dizeres “FORA OS CONTRA!”, hostilidade generalizada e ameaças. O “Manifesto sobre violações de direitos...” elaborado pela FLD e Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa, protocolado na FEPAM e no MPF, apontou para o fato de que, dentre todas as identidades de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) presentes no Pampa, o EIA faz uma breve e desqualificada menção à apenas uma delas, destinando 7 das 2.068 páginas para Quilombolas. A comunidade citada fica a 20 km do projeto e consta como subitem no título "Outros Aspectos" do EIA. Apesar de abordar sobre a forte presença da pecuária na região e sobre as Lidas Campeiras, o EIA ignorou a presença de Pecuaristas Familiares enquanto identidade sociocultural e segmento de PCTs, detentor de direitos. Também ignorou projetos de desenvolvimento econômico com base na pecuária em campo nativo, envolvendo centenas de famílias da região, iniciativa da Associação Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC). Tendo em vista que o EIA reduziu a importância de comunidades na região potencialmente afetada pelo empreendimento (PCTs, assentamentos da reforma agrária e comunidades de pesca artesanal, presentes nas Bacias), além da constatação de um *modus operandi* da empresa e indícios de irregularidades, o Manifesto finaliza solicitando ao MPF verificação das mesmas para ajuizamento de Ação Civil Pública.

4.Situação da obra/empreendimento (breve descrição)



Empresa na região desde 2011. Divulgou EIA-RIMA no final de 2018. O projeto prevê 1 cava que atingirá 280 metros de profundidade, 2 pilhas de estéril com capacidades para 35,3 e 67,6 milhões de m³, barragem de água para 2,1 milhões m³, diques, aterro, acessos, beneficiamento, além de barragens de rejeitos e de calcário. Se o projeto for implantado, as 2 barragens de rejeitos ocuparão área de 194ha, terá alteamentos a jusante com maciço final de 32m de altura, 1.057m de extensão e capacidade para cerca de 23 milhões m³ (as barragens das empresas Vale e associadas que romperam em Mariana e Brumadinho espalharam respectivamente 40 milhões m³ e 12 milhões de m²). As barragens se localizariam em área extremamente conservada do bioma Pampa, onde se pratica a pecuária em campo nativo, nas cabeceiras do Rio Taquarembó, acima do município de Dom Pedrito, na Bacia Hidrográfica do

rio Santa Maria. O processo de licenciamento, até o momento, não está prevendo outras audiências públicas, além da única audiência pública já realizada em Lavras do Sul, em março de 2019. Diversos documentos manifestando contrariedade ao projeto, sustentados em argumentação técnica e legal diversa, alguns deles contestando a audiência pública, foram protocolados na FEPAM e no MPF: Moção de repúdio do Conselho Estadual de Direitos Humanos - CEDH, pareceres de pesquisadoras/es de Universidades, abaixo assinados pedindo audiências em Três Estradas/Lavras e em Dom Pedrito, além do Manifesto sobre violações de direitos provocadas pela mineração no Brasil e como se reproduz no Projeto 'Fosfato Três Estradas' (RS), elaborado pela Fundação Luterana de Diaconia (FLD) e Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa. A empresa "respondeu" aos questionamentos protocolados na FEPAM após audiência, de forma leviana e inconsistente.

Em final de julho de 2019 o Governador do RS, o presidente da Assembleia Legislativa e o Prefeito de Lavras receberam diretores das empresas Águia Fertilizantes e Águia Resources, explicitando total apoio ao projeto e desconsiderando os questionamentos em curso, de um grande conjunto de pessoas e organizações. O Secretário Estadual de Meio Ambiente e Infraestrutura chegou a dizer que a Fepam "promete emitir a licença em até 15 dias, pos receber os estudos complementares" em evidente desvio de suas atribuições.

[\(http://www.tribunadopampa.com.br/fepam-pode-liberar-em-15-dias-licenca-de-industria-de-fosfato-para-lavras-do-sul/\)](http://www.tribunadopampa.com.br/fepam-pode-liberar-em-15-dias-licenca-de-industria-de-fosfato-para-lavras-do-sul/)

Também em final de julho, o MPF emitiu Ofícios com questionamentos e solicitações à Empresa, a FEPAM, ao Comitê de Bacias e Universidades.

Em meados de agosto a empresa entregou estudos complementares a FEPAM.

No final de agosto de 2019 o Comitê de Combate a Megamineração no RS (CCM), composto por 107 organizações, protocolou Ofício na FEPAM e no MPF, solicitando audiência pública em Dom Pedrito, por ser Área de Influência Direta (AID) sendo o primeiro município a sofrer com qualquer instabilidade das barragens previstas pelo projeto.

5. Empresa mineradora e empresas responsáveis pela concessão (detentor e concessionária)



RESPONSÁVEL PELO LICENCIAMENTO: Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – RS – FEPAM (Governo do Rio Grande do Sul)

EMPRESA MINERADORA: Águia Fertilizante, em Lavras do Sul (RS), subsidiária da Águia Metais (sede em Minas Gerais), que por sua vez é subsidiária da *Águia Resources*, com sede na Austrália. Águia Fertilizantes detém 81 processos minerários ativos junto a Agência Nacional de Mineração - ANM em oito municípios da região (Lavras do Sul, Dom Pedrito, Bagé, Caçapava do Sul, São Gabriel, São Sepé, Santa Margarida do Sul, Piratini) para pesquisa de fosfato, calcário e ouro, evidenciando seu interesse em se expandir na região.

EMPRESAS ASSOCIADAS: A Águia pertence ao grupo financeiro canadense Forbes & Manhattan (F&M), no qual estão associadas diversas outras empresas com projetos no Brasil que possuem no quadro societário, na direção e na gestão destas empresas e projetos, um mesmo grupo de pessoas físicas e jurídicas. Algumas destas empresas estão sendo acionadas na justiça, nos estados do Amazonas (AM) e Pará (PA), e estão com o licenciamento ambiental de seus projetos de mineração suspensos, devido à denúncia de compra ilegal de terras públicas, da falta de transparência e da ausência de consulta junto aos povos e comunidades tradicionais. Só para citar um exemplo: a empresa Potássio do Brasil, em Autazes (AM), possui entre sócios e diretores as mesmas pessoas da empresa Águia Fertilizantes, que pretende atuar em Lavras do Sul. Em Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF) em face da Potássio do Brasil, é mencionado que a empresa revela "um *modus operandi* inconcebível dentro dos

parâmetros da boa-fé". O "Manifesto sobre violações de direitos...", citado acima, traz elementos sobre estas relações e sobre outras empresas do grupo F&M com forte vínculo com a Águia Fertilizantes, como Belo Sun (para extração de ouro em Senador José Porfírio/ PA) e Irati Energia (para extração de xisto no RS e em SC) e que pretendem avançar sobre territórios de povos e comunidades tradicionais.

6. Órgão licenciador ambiental e/ou outros órgãos públicos envolvidos

Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – RS - FEPAM, Ministério Público Federal – MPF/Bagé, RS, MPF/Rio Grande, RS.

7. Justificativa para sugestão do caso ao GT, para estudo

Os minerais extraídos atualmente no RS são pedras preciosas, rochas ornamentais, carvão mineral, argilas, areias, calcário, saibro, água mineral, dentre outros, havendo mais de uma centena de processos nas etapas de pesquisa, prospecção e licenciamento para lavra, junto a Agência Nacional de Mineração – ANM, sendo que a maior parte encontra-se na metade sul do Rio Grande do Sul (RS), no bioma Pampa. São áreas que se sobrepõe a regiões bastante conservadas dos biomas Pampa, Mata Atlântica e Zona Costeira e Marinha e com grande concentração de Povos e Comunidades Tradicionais e assentamentos de reforma agrária. Nos últimos anos houve uma investida de empresas, com apoio do poder público, para licenciamento de megaprojetos no estado, causando, por outro lado, questionamentos e resistências de movimentos sociais, organizações da sociedade civil e da academia. **A partir de 2014** o projeto Retiro da empresa Rio Grande Mineração S.A - RGM, controlada pela Mineração Santa Elina S.A., e que pretende extrair ilmenita, rutilo, zirconita e titanomagnetita em São José do Norte, ganhou repercussão. **Em 2016** foi a vez do projeto Caçapava do Sul da empresa Nexa (ex-Votorantin) e lamgold, em Caçapava do Sul, para extração de chumbo, zinco e cobre. **No final de 2017** o projeto Fosfato Três Estradas da empresa Águia Fertilizantes em Lavras do Sul para extração de fosfato e calcário também passou a ser mais amplamente discutido. **No final de 2018** o projeto Mina Guaíba da empresa Copelmi, em Eldorado do Sul e Charqueadas para extração de carvão, areia e cascalho, associado à previsão de instalação de um Polo Carboquímico no RS, ganhou repercussão.

Todos os projetos oferecem risco de violação de direitos humanos, porém listamos abaixo o porquê indicamos o caso do Projeto Fosfato Três Estradas para estudo do GT:

- Prevê barragem de rejeitos maior do que a de Brumadinho (quase o dobro de volume de rejeitos) nas cabeceiras da Bacia Hidrográfica do rio Santa Maria.
- Região com forte presença de Pecuaristas Familiares, que, com seu modo de vida conservam a região e a paisagem, uma das mais conservadas do bioma Pampa, e que serão impactados drasticamente pela mineração. Alguns possuem terras exatamente onde pretendem construir a barragem de rejeitos e são extremamente contrários a este projeto, porém não estão sendo consultados e considerados.
- O projeto apresenta potencial de graves impactos no modo de vida das comunidades locais, nas suas identidades socioculturais, nos seus territórios e na biodiversidade. Região com presença de Povos e Comunidades Tradicionais (pecuaristas familiares, pescadoras e pescadores artesanais, inclusive ao longo da Bacia Hidrográfica onde se pretende instalar a barragem, comunidades quilombolas, povo de terreiro, rota de passagem do povo cigano, benzedoras e benzedores,...), além de assentamentos da reforma agrária, cujos direitos não estão sendo observados, conforme determina a Constituição Federal de 1988, o Decreto 6040/2007 (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades

Tradicionais), a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos da ONU e a Convenção nº 169/1989 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que prevê o processo de consulta específica, livre, prévia e informada junto aos Povos e Comunidades Tradicionais.

- A empresa Águia Fertilizantes é associada a outras empresas e grupo financeiro, na Austrália e Canadá. Possui evidentes relações com outros projetos e empresas que já vem respondendo a Ação Civil Pública (ACP) no MPF, por denúncia de compra ilegal de terras públicas, da falta de transparência, da ausência de consulta junto aos povos e comunidades tradicionais e por revelar *“um modus operandi inconcebível dentro dos parâmetros da boa-fé”* (ACP – MPF Autazes, AM).

Setembro de 2019.